



## ESPIRITO SANTO

# Projeto de lei assegura porte de arma para segurança no Espírito Santo



**Autor sustenta que seguranças desempenham atividade de elevado risco / Foto: Pixabay**

Reconhecer a periculosidade da atividade dos seguranças e autorizar o porte permanente de arma de fogo para os profissionais que prestam serviços em instituições públicas ou privadas da área no Espírito Santo. Esse é o objetivo do Projeto de Lei (PL) 60/2022, protocolado na Assembleia Legislativa (Ales) pelo deputado Dr. Rafael Favatto (Patri).

De acordo com a proposição, os seguranças poderão andar armados estando de serviço ou não. Favatto baseia a medida nos termos do inciso VIII do artigo 6º da Lei Federal 10.826/2003, que autoriza o uso da arma de fogo para “as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas”.

O parlamentar argumenta na justificativa da proposta que a atividade dos seguranças normalmente se estende para além da jornada de trabalho, pois mesmo não estando em serviço eles podem precisar agir em sua própria defesa ou de outra pessoa.

“Isso resulta em maior risco para esse tipo de profissional até mesmo pelo alto grau de periculosidade intrínseco à função desempenhada. Logo, não seria razoável restringir a autorização para o porte de arma de fogo apenas ao serviço prestado em instituições públicas ou privadas no âmbito do Estado”, explica.

Em caso de aprovação e sanção do projeto, a legislação derivada passa a valer a partir da sua publicação em diário oficial.

### Tramitação

A matéria foi lida no Expediente para simples despacho da sessão ordinária híbrida do dia 16 de fevereiro e encaminhada para as comissões de Justiça, Cidadania, Segurança e Finanças.

**FONTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESPIRITO SANTO**

# OIT terá diretor-geral africano pela primeira vez. Com apoio dos trabalhadores



**Gilbert Hougbo foi eleito com votos dos trabalhadores e de parte dos governos**

Pela primeira vez, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) terá um diretor-geral de origem africana. Gilbert Fossoun Hougbo, 61 anos, foi eleito nesta sexta-feira (25), com apoio da representação de trabalhadores e parte dos governos. Ele concorria com outros quatro candidatos, e vai substituir o inglês Guy Ryder. O mandato é de cinco anos, a partir de outubro.

No segundo turno, Hougbo teve 30 votos dos integrantes do Conselho de Administração da OIT, ante 23 dados à francesa Muriel Pénicaud, dois para a coreana Kang Kyung-wha e um para Mthunzi Mdwaba, da África do Sul. Na primeira rodada, também concorria Greg Vines, da Austrália, que teve um voto e foi eliminado.

A primeira votação teve 24 para Hougbo, 14 para Muriel, 13 para Mdwaba (que tinha apoio

dos empregadores) e quatro para Kang. Para ser eleito, é preciso ter mais da metade dos 56 votos do Conselho, formado por representantes de governos (28), empregadores (14) e trabalhadores (14).

Primeiro-ministro de Togo de 2018 a 2012, Gilbert Hougbo é, desde 2017, presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida), vinculado às Nações Unidas. O sexto a comandar a entidade. E será o 11º diretor-geral da OIT, criada em 1919.

“Tenho o prazer de aceitar este desafio, e continuar me dedicando a garantir que as pessoas mais vulneráveis não sejam deixadas para trás”, afirmou em redes sociais.

Foto: Reprodução / OIT

Fonte: Vitor Nuzzi – Rede Brasil Atual (RBA)

# Para 63% dos brasileiros a economia vai no caminho errado; 77% reclamam da inflação

**A cambaleante economia brecou o crescimento das intenções de voto em Bolsonaro, que recuou dois pontos percentuais em relação à pesquisa anterior do Ipesp. O que aumentou foi a desaprovação ao governo (65%)**



Para 63% dos eleitores entrevistados pelo Instituto Ipespe a economia brasileira vai no caminho errado. O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) é desaprovado por 65% dos entrevistados. Outros 77% apontam que os preços “aumentaram muito”.

Os números revelam que a disparada da inflação, as altas taxas de desemprego e a falta de ações efetivas do governo Bolsonaro para resolver os problemas da cambaleante economia estão entre as maiores preocupações dos brasileiros. E esse pode ser o grande problema que Bolsonaro vai enfrentar no caminho até a pretendida reeleição.

A pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (24) detectou uma subida nas intenções de voto em Bolsonaro, mas não detectou a queda provocada pelo desastre na economia.

“Nenhum governo no mundo deixa de ser afetado pela alta de preços. Quem tiver dúvidas, pergunte ao [Joe] Biden”, disse o cientista político Antônio Lavareda, responsável pela pesquisa Ipespe ao colunista Matheus Leitão, da Veja. Segundo ele, o Ipespe captou um movimento do eleitor que o Datafolha deixou escapar. O motivo: o Datafolha é feito com um intervalo de três meses. Por isso, “detectou só a subida de Bolsonaro”, disse.

“O Ipespe, com medições quinzenais, captou a subida e o recuo”, afirmou o cientista político.

Em seu perfil no Twitter, Lavareda foi categórico: “Interrompe-se, assim, o movimento de recuperação da imagem medido nas cinco pesquisas quinzenais nacionais anteriores, que

o Ipespe realizou este ano”.

“Se cumprida a expectativa da autoridade monetária de que o ‘pico’ da inflação ainda ocorrerá em abril, com prováveis reflexos nos meses seguintes, isso poderá dificultar a recuperação da popularidade do presidente antes do início da campanha eleitoral”, completou.

## **Bolsonaro: recuperação interrompida**

Segundo a pesquisa Ipespe, Lula tem 44% das intenções de voto na corrida pela Presidência da República, contra 26% de Jair Bolsonaro (PL).

A seguir aparecem o ex-ministro Sérgio Moro (Podemos), com 9%; e o ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT), com 7%. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB) aparece com 2%.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), o deputado federal André Janones (Avante), a senadora Simone Tebet (PMDB) e Felipe d’Avila (Novo) aparecem empatados com 1%.

O tucano Eduardo Leite ainda não decidiu se troca de partido para concorrer ou se investe na ideia do deputado Aécio Neves (PSDB-MG) de dar um golpe nas primárias do partido, que escolheu Doria como candidato, e colocar o gaúcho no lugar.

## **Segundo turno**

Nas simulações de segundo turno, Lula também ganha de todos os pré-candidatos.

No principal cenário simulado, contra o presidente, Lula alcançaria 54% dos votos, contra 31% de Bolsonaro.

Outros 15% responderam que votariam em branco, anulariam ou que ainda estão indecisos.

A sondagem revela uma interrupção no crescimento das intenções de voto em Bolsonaro, que recuou dois pontos percentuais em relação à última pesquisa, realizada no início do mês. A oscilação está dentro da margem de erro, que é de 3,2 pontos percentuais, mas interrompe uma sequência de crescimento registrada desde janeiro.

**FONTE: Redação CUT | Editado por: Marize Muniz**

# Governo estuda mudanças nas regras do seguro-desemprego; saiba por quê

**Tanto o governo quanto especialistas admitem que as atuais regras desse benefício estimulam o acesso ao programa repetidas vezes por trabalhadores**



(crédito: AFP)

Para O número de acessos ao seguro-desemprego representa uma alta despesa governamental mesmo com a redução da taxa de desocupados no país. A questão vem sendo tema de debates no governo federal. Com parcela mínima de R\$ 1.212 e máxima de R\$ 2.106, tanto o governo quanto especialistas admitem que as atuais regras desse benefício estimulam o acesso ao programa repetidas vezes por trabalhadores, que também optam pela informalidade, em vez de funcionar como “colchão de choque” para que eles retornem ao mercado de trabalho.

No primeiro bimestre deste ano, o governo brasileiro gastou R\$ 2,5 bilhões com pagamentos a trabalhadores que solicitaram o seguro-desemprego. Até dezembro de 2022, a previsão de gastos com essa rubrica é de R\$ 41,7 bilhões em 2022, frente aos R\$ 31,8 bilhões do ano passado.

De acordo com informações do secretário do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Luis Felipe Oliveira, no período de aquecimento da economia, com admissões e desligamentos mais constantes, a volatilidade é esperada. Mas

a permanência dos desempregados no uso das parcelas incomoda os economistas do governo.

“Naturalmente, com a economia mais aquecida, há aumento de desligamentos e isso traz mais pedidos de seguro-desemprego. Mas o que nos chama atenção é o tempo de permanência do trabalhador nas cinco parcelas”, explica o secretário. O problema, segundo Oliveira, está no modelo adotado pelo governo brasileiro. “Se o trabalhador formaliza um contrato, ele perde o direito às parcelas. Portanto, há um incentivo muito grande para que permaneça no seguro-desemprego e some a isso uma atividade informal”, avalia.

O trabalhador demitido sem justa causa tem direito a, no mínimo, três e, no máximo, cinco parcelas do seguro-desemprego. Em 2021, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram feitos 6.087.675 requerimentos, dado 10,3% inferior ao de 2020, quando ocorreram 6.784.120 de pedidos.

No artigo “Evidências sobre Manipulação de Regra e Risco Moral no Programa Seguro-Desemprego Brasileiro”, apresentado em caderno da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, os economistas e pesquisadores Gibran Teixeira, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e Giácomo Balbinotto Neto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apontam que os trabalhadores são incentivados a permanecer nos postos de trabalho até a obtenção do direito ao seguro-desemprego, ou seja, após os seis meses de contratação pelas regras celetistas.

“Ao analisar os resultados para a manipulação de regra, evidenciou-se que, tanto para os chefes, quanto cônjuges e filhos, existe a manipulação de permanência no emprego com base no tempo mínimo necessário ao recebimento do benefício seguro-desemprego”, dizem os pesquisadores no estudo publicado em 2017.

“Este fato revela que os trabalhadores brasileiros sofrem influência do programa no tempo de permanência no emprego. Assim, o benefício estaria incentivando a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro, o que fortalece o baixo incentivo pelas empresas em investirem em capital humano e, com isto, gera-se a baixa produtividade média do trabalhador nacional”, afirma Balbinotto Neto.

Assim, o seguro-desemprego surte efeito inverso e corresponde a um período em que o trabalhador não procura emprego. Para Gibran Teixeira, o problema do seguro-desemprego é o seu isolamento ou distanciamento das demais políticas de reinserção do trabalhador ao mercado. “Pelo que tenho visto no mundo, acredito que o seguro-desemprego brasileiro precisa fomentar a qualificação profissional e estar totalmente integrado com agências de inserção profissional, como o Sine (Sistema Nacional de Emprego)”, aponta.

O Sine é um órgão do governo federal do Brasil, coordenado pelo Ministério da Economia, por intermédio da secretaria especial de Produtividade, Emprego e Competitividade. “Isso daria maior probabilidade de reinserção do segurado no mercado de trabalho, além de reduzir o gasto com o programa”, acrescenta Teixeira.

Porém, o pesquisador aponta que é necessário melhorar a fiscalização do programa para combinar requalificação profissional com “casamento” de agências de inserção no mercado de trabalho e monitoramento para evitar fraudes. “Isso também precisa de um maior monitoramento, para não haver a possibilidade do trabalhador se inserir no emprego, de modo informal e continuar a

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barboza

Diagramação: Aníbal Bispo

## Alta procura

O número de requerimentos de liberação da parcela do seguro-desemprego nos dois primeiros meses de 2022 já supera o número em relação ao mesmo período do ano passado.



### ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE REQUERIMENTOS (FEV/2022)



Fonte: Cadast/Núcleo de Trabalho e Previdência



receber o benefício.”

## Confisco

O governo tem procurado alternativas em reuniões interministeriais das pastas ligadas a emprego e renda. Recentemente, estudo encomendado pelo Ministério do Trabalho e Previdência ao Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet) propôs que o governo federal se aproprie da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que hoje é paga diretamente ao trabalhador demitido sem justa causa. O recurso seria utilizado para apoiar quem ganha até um salário mínimo e meio por mês.

A medida impactaria diretamente o seguro-desemprego, que deixaria de existir. Assim, em vez de pagar a quem for desligado do emprego, como é hoje, o empregador repassaria o valor dessa multa para o governo.

O dinheiro seria, então, destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, de lá, abasteceria as contas individuais do Fundo de Garantia de empregados com salário mensal inferior a um mínimo e meio. A correção dessa poupança seria de acordo com os índices praticados no mercado.

Se fosse demitido, o trabalhador poderia sacar mensalmente o equivalente ao valor do salário que recebia quando estava empregado, respeitado o teto de cinco salários mínimos.

FONTE: CORREIOBRAZILIENSE

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF